

ATUAÇÃO DO MPCE

- 26/06/2023 - MPCE ajuíza ação para município de Quixeré evitar discriminação contra alunos com deficiência e garantir acesso à educação
- 21/06/2023 - Uso de espaços por pessoas transgêneras em escolas estaduais é debatido em reunião entre MPCE e Seduc
- 21/06/2023 - MPCE discute proteção e prevenção à violência no ambiente escolar na próxima sexta (23)
- 15/06/2023 - 5ª edição do programa “O Sistema de Justiça vai à Escola” visita mais uma instituição de ensino em Juazeiro do Norte nesta sexta-feira (16)
- 14/06/2023 - MPCE recomenda adoção de medidas de acessibilidade e inclusão nas escolas da rede municipal de Camocim
- 13/06/2023 - MPCE integra através de roda de profissionais de psicologia e serviço social da educação básica ao Projeto Previne

ATUAÇÃO DO OUTROS MINISTÉRIOS PÚBLICOS

- 28/06/2023 - MPAC cria Grupo de Trabalho para Defesa da Segurança Escolar - MPAC
- 07/06/2023 - MPAC participa de aula inaugural do projeto “Alfabetizar para Prosperar” - MPAC
- 22/06/2023 - Ministério Público ajuíza ação civil para garantir transporte escolar para alunos de Olho D’Água Grande - MPAL
- 29/06/2023 - MP-AP dialoga com SEED sobre evasão escolar em Laranjal do Jari - MPAP
- 03/06/2023 - MP-AP intermedeia diálogo entre SEED e SINSEPEAP para retorno das aulas - MPAP
- 15/06/2023 - MP nas Escolas promove debate sobre a Educação pela Paz em escola da rede estadual de ensino - MPAM
- 16/06/2023 - Projetos na área de educação do MP são apresentados à Secretaria Municipal de Educação de Salvador - MPBA
- 07/06/2023 - MP e Conselho Estadual de Educação criam grupo intersetorial para a área - MPBA
- 22/06/2023 - Secretaria de Educação terá de rever critérios de prioridade da lista de espera para creches - MPDFT
- 26/06/2023 - Educação Inclusiva: promotora é uma das palestrantes convidadas em evento das Secretarias Estadual de Educação e de Desenvolvimento Social – MPMGO

- 20/06/2023 - MPGO recomenda que Seduc não matricule alunos na Educação de Jovens e Adultos (EJA) com idade incompatível para a modalidade - MPGO
- 26/06/2023 - Projeto realizado com recursos do Bapre conclui formação de educadores - MPMT
- 12/06/2023 - Justiça determina contratação de Auxiliares de Educação Especial - MPMT
- 07/06/2023 - Plataforma para combate à evasão escolar é apresentada a conselheiros - MPMT
- 15/06/2023 - Lagoa Seca: escola estadual recebe audiência judicial e comunidade é ouvida em processo - MPPB
- 22/06/2023 - MPPR obtém decisão liminar em Porecatu obrigando os responsáveis por duas adolescentes e uma criança a matriculá-las em escola, sob pena de multa - MPPR
- 22/06/2023 - MPPE e TCE promovem Workshop de formação para fortalecer o controle social na política de educação - MPPE
- 26/06/2023 - No Dia Internacional de Combate às Drogas, MPPI acompanha lançamento de programa de prevenção às drogas nas escolas estaduais - MPPI
- 23/06/2023 - Atuação do MPPI viabiliza acordos extrajudiciais na área da Educação, nos municípios de Valença e Corrente – MPPI
- 28/06/2023 - MPRJ obtém em audiência avanços para garantir o fornecimento de uniformes escolares para alunos da rede municipal de Petrópolis - MPRJ
- 14/06/2023 - MPRJ obtém decisão para que Mangaratiba reajuste o salário dos professores municipais conforme o piso nacional da Educação - MPRJ
- 23/06/2023 - MPRN acompanha situação de desconformidades em caixa d'água de escola estadual em Natal - MPRN
- 28/06/2023 - MPPR firma acordos para que a SEED reforme a Casa do Estudante e o Centro de Apoio às Pessoas com Deficiência Visual – MPPR
- 16/06/2023 - Promotor de Justiça reúne profissionais da educação para discutir a obrigatoriedade de informar casos de violência contra crianças e adolescentes – MPTO
- 15/06/2023 - Violência escolar é tema de debate entre MPTO e escola pública da capital – MPTO
- 14/06/2023 - Ministério Público leva a estudantes de escola pública de Palmas discussão sobre o enfrentamento da violência contra a mulher – MPTO
- 14/06/2023 - MPTO promove reunião com pais, alunos e corpo docente de escola municipal de Palmas sobre violência escolar - MPTO

OUTRAS NOTÍCIAS

01/06/2023 – Conheça as propostas da Educação no PPA - MEC tem um projeto pra educação básica e outro para superior. Sociedade pode votar nas propostas do PPA Participativo até 10 de julho, pela plataforma Brasil Participativo.

12/06/2023 – Nova política de alfabetização terá investimento de R\$ 3 bi - Compromisso Nacional Criança Alfabetizada terá R\$ 1 bi, em 2023, e mais R\$ 2 bi, até 2026, para alfabetizar 100% das crianças ao fim do 2º ano do fundamental.

13/06/2023 - Publicado Decreto do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada - Nova política de alfabetização do Ministério da Educação terá R\$ 1 bi, em 2023, e mais R\$ 2 bi, até 2026. O objetivo é alfabetizar 100% das crianças ao fim do 2º ano do fundamental.

16/06/2023 – MEC recebe solicitações no programa de apoio à educação infantil - Módulo do Programa de Apoio à Manutenção da Educação Infantil, que transfere recursos financeiros para ampliação da oferta de vagas na etapa de ensino, fica aberto até 31/12.

16/06/2023 – Nova política de alfabetização formará professores - Meta do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada é implementar Política de Formação de Gestores Educacionais e Professores em todos os estados do país.

22/06/2023 – Criança Alfabetizada articulará sistemas de avaliação educacional - Avaliações de leitura, escrita e matemática serão utilizadas no monitoramento da nova política e no processo de alfabetização dos estudantes.

28/06/2023 – Política de alfabetização já teve adesão de 3.740 municípios - Duas semanas após lançamento do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, 81% dos estados e 67% dos municípios já aderiram ao programa.

28/06/2023 – Política de alfabetização melhorará a infraestrutura das escolas - Infraestrutura física e pedagógica é um dos eixos do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada para garantir que 100% dos estados e municípios tenham material didático complementar para alfabetizar.

ATUALIZAÇÃO LEGISLATIVA

Decreto nº 11.556, de 12 de junho de 2023 - Institui o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada.

Lei Estadual nº 18.384, de 15 de junho de 2023 – Prorroga o prazo previsto no art. 1º da lei nº 17.836, de 22 de dezembro de 2021, que trata do período de gestão dos diretores e demais membros dos núcleos gestores das escolas da rede pública estadual de ensino.

Lei Estadual nº 18.401, de 23 de junho de 2023 – Institui o mês de agosto como o mês da primeira infância, no âmbito do Estado do Ceará.

JURISPRUDÊNCIA

TJMG - MATRÍCULA DE MENOR EM CRECHE DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL - DIREITO À EDUCAÇÃO. REMESSA NECESSÁRIA – MANDADO DE SEGURANÇA – MATRÍCULA DE MENOR EM CRECHE DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL – DIREITO À EDUCAÇÃO – GARANTIA CONSTITUCIONAL – DEVER DO ENTE PÚBLICO – SENTENÇA CONFIRMADA. Nos termos do art. 208, inciso IV, da Constituição da República, e do art. 52, IV, do Estatuto da Criança e do Adolescente, é dever do Estado assegurar às crianças de até cinco anos de idade o acesso à educação infantil, em creche e pré-escola. A Lei Orgânica do Município de Teófilo Otoni, em consonância com a previsão do art. 11, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, atribui ao ente municipal a obrigação de ofertar a educação infantil em creches e pré-escolas, em horário integral. Demonstrado nos autos que a menor enquadra-se na faixa etária estatuída como parâmetro para a inserção na educação infantil, deve o ente público demandado garantir-lhe o acesso em creche situada nas proximidades de sua residência, o que não configura uma violação ao princípio da isonomia, tendo em vista que a norma constitucional assegura a todas as crianças o direito à educação infantil. (DATA DA PUBLICAÇÃO: 01/06/2023)

TJ-MT – AGRAVO DE INSTRUMENTO – AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER COM PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA – ALUNO COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA E NECESSIDADES ESPECIAIS – AUTORIZAÇÃO PARA ACOMPANHAMENTO DE PROFISSIONAL HABILITADO DURANTE O PERÍODO ESCOLAR – POSSIBILIDADE – DIREITO À EDUCAÇÃO – OBRIGAÇÃO CONSTITUCIONAL DO ESTADO DE GARANTIR ACESSO À EDUCAÇÃO INFANTIL, CORROBORA POR DISPOSITIVOS DE LEI QUE DISPÕEM SOBRE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL – ARTS. 205 E 208 DA CF E LEIS 13.146/2015 E 12.764/2012 – PRESENÇA DOS REQUISITOS LEGAIS NECESSÁRIOS – TUTELA DE URGÊNCIA CONCEDIDA – RECURSO PROVIDO. A disponibilização de pessoa para atendimento individual em sala de aula de criança com necessidades especiais integra o direito à educação, cuja observância é dever do ente público nos termos da Constituição Federal e da vasta legislação sobre o tema. É dever constitucional do Estado prover o acesso à educação, bem como fornecer o atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino, em observância aos artigos 205 e 208, III, da Constituição Federal e à legislação infraconstitucional de regência. Preenchidos os requisitos legais, é imperiosa a concessão da tutela de urgência para autorizar que, no caso concreto, a criança seja acompanhada por Acompanhante Terapêutico particular durante todo o período em que estiver no ambiente escolar. (Data da publicação: 06/06/2023).

TJSP - Limitação à ordem cronológica de atendimento Impossibilidade - Planejamento geral do fornecimento de educação pela administração pública não impede a efetivação de direito público subjetivo individual - Reserva do possível afastada Disponibilização.Apelação cível e remessa necessária Infância e Juventude Ação de obrigação de fazer Vaga em creche - Período integral - Sentença que julgou procedente o pedido Não cabimento de remessa necessária, pois ausente hipótese de sujeição ao duplo grau de jurisdição obrigatório Inteligência do artigo 496, §3º, III, do Código de Processo Civil Não caracterizada sentença ilíquida Conteúdo econômico que pode ser facilmente aferido por simples cálculo aritmético Valor anual estimado por aluno na modalidade creche bem inferior ao limite legal estabelecido para a sujeição da sentença ao duplo grau de jurisdição obrigatório Precedentes do STJ e da Câmara Especial Sentença

BALANÇO DE NOTÍCIAS

CAOEDUC

Centro de Apoio Operacional
da Educação

ANO III – INFORMATIVO Nº 0006/2023
FORTALEZA, 30 DE JUNHO DE 2023

proferida de acordo com a tese firmada no Julgamento do mérito da Repercussão Geral no Recurso Extraordinário nº 1008166 (Tema 548/STF) Observância do art. 496, §4º, II, do CPC - Recurso interposto Preliminar de ilegitimidade ativa rejeitada - Direito à educação Direito público subjetivo de natureza constitucional Exigibilidade independente de regulamentação Normas de eficácia plena - Determinação judicial para cumprimento de direitos públicos subjetivos Inexistência de ofensa à autonomia dos poderes ou determinação de políticas públicas Súmula 65, TJSP Concretização do direito pelo fornecimento de vagas em condições de serem usufruídas Limitação à ordem cronológica de atendimento Impossibilidade Planejamento geral do fornecimento de educação pela administração pública não impede a efetivação de direito público subjetivo individual Reserva do possível afastada Disponibilização de vaga em creche próxima em período integral - Responsabilização do Município pelo transporte em caso de matrícula em unidade distante Remessa necessária não conhecida Recurso voluntário não provido. (TJSP. Apelação Cível nº 1011954-75.2022.8.26.0577, da Comarca de São José dos Campos. DATA DO JULGAMENTO: 21/06/2023)

E-mail: caoeduc@mpce.mp.br

Fone: (85) 98895-5061